

Um bicho de sete cabeças

Meiry Peruchi Mezari

Curso de Letras da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Resumo: Neste artigo, discute-se o entendimento de gramática normativa de alunos de Ensino Fundamental e Médio de escolas da rede pública de Meleiro, S. C. As respostas dadas pelos estudantes permitiram que se observasse que eles não possuem um conceito claro de gramática, confundindo esse conceito com o conceito de língua. O estudo que se baseia em autores como Perini, Bagno e Ferreira, conclui que as dúvidas dos alunos podem estar na apresentação dos objetivos da disciplina pelo professor, no início dos estudos gramaticais.

Palavras-chave: Gramática. Língua. Ensino.

Introdução

A gramática constitui um tema interessante para discussão na modernidade, sobretudo em se tratando das concepções de alunos de Ensino Fundamental e Médio e suas distinções. Assim, acreditando-se que a concepção de gramática desses estudantes seria restrita apenas à noção das regras, ou seja, à prescrição das ditas “normas de bom uso da língua”, partiu-se para uma pesquisa com o objetivo de identificar e distinguir essas conceituações com alunos de escolas públicas de Meleiro-SC.

A pesquisa foi realizada tendo por informantes 12 alunos de escolas públicas em fase de ensino fundamental, na 6^a e na 8^a série, e em fase de ensino médio, no 1.º e no 3.º ano. Os dados foram coletados por meio da seguinte pergunta: “o que você entende por gramática?”, respondida por escrito, no mês de junho de 2007, na Escola de Educação Básica de Meleiro (Ensino Médio), e na Escola de Educação Básica Municipal de Meleiro (Ensino Fundamental). Depois de obtidas, as informações foram categorizadas da seguinte maneira: 1) noção *lato sensu* de gramática; 2) noção *stricto sensu* de gramática.

Com essa categorização, serão realizadas distinções conceituais entre as diferentes definições.

1. É difícil

Ao se falar em *gramática*, geralmente, o pensamento tradicional remete apenas às regras da gramática normativa. Esse aspecto da gramática é, na maioria das vezes, tratado como primordial em sala de aula. Essa abordagem limitada a antigas formas de trabalho

gramatical na escola é tema discutido por vários autores, sob vários aspectos. Moura Neves (2001) verificou que os problemas relacionados à disciplina possuem várias origens, principalmente relacionados à instituição escolar, aos professores e aos alunos. Em se tratando da atitude docente, Perini (2002) afirma que um dos maiores problemas é o fato de que os professores entram em sala de aula com a expectativa de que os alunos já dominem as regras gramaticais e estejam conscientes acerca delas.

Levando-se em conta que a abordagem da gramática na sala de aula não deve ser restrita apenas às regras normativas, Possenti (1996) recomenda o trabalho com gramática internalizada, descritiva e normativa, respectivamente; a criação de um bom programa de leitura; o trabalho com os fatos da língua a partir da produção efetiva do aluno; o ensino do dialeto padrão sem estigmatizar o usuário de outras variedades.

A entrada na sala de aula, para coleta de dados para a pesquisa, evidenciou que pôr em prática o trabalho recomendado por Possenti (1996) parece difícil, pois os alunos sequer possuem uma definição clara do que seja gramática. Todos os alunos da turma de sexta série informantes de pesquisa, quando questionados sobre as aulas de gramática, deixaram claro que não sabiam que freqüentavam aulas com esse enfoque. Comportamentos parecidos se repetiram em outras séries, inclusive de Ensino Médio. Uma abordagem mais detalhada será desenvolvida nas seções que seguem.

2. “São as regras...”

O trabalho com gramática na escola pode alcançar um maior sucesso a partir do momento em que os alunos possuírem uma noção clara e definida do que seja, efetivamente, a gramática que estudam. No presente estudo, considerar-se-á como noção *stricto sensu* de gramática a noção de gramática normativa e tradicional. É essencial, pois, neste estudo, entender a diferença entre os tipos de gramática.

Possenti (1996) explicita as diferenças que existem entre três tipos de gramática: gramática *normativa*, gramática *descritiva* e gramática *internalizada*. Segundo o autor, o conjunto de regras que *devem ser seguidas* forma a gramática *normativa*, que é conhecida por prescrever como falar e escrever “corretamente”. As regras, nesse tipo de gramática, são comparadas às regras de etiqueta; “erro” é tudo que foge à variedade eleita como exemplo de boa linguagem; e a língua compreende formas de expressão produzidas por pessoas “cultas”.

A gramática *descritiva*, segundo Possenti (1996), é formada pelo conjunto de regras que *são seguidas*. Esse tipo de gramática compreende basicamente como os falantes utilizam a língua. As regras da gramática descritiva são comparadas às leis da natureza; “erros” são construções que não se enquadram em qualquer das variantes de uma língua; e nenhum dado é desqualificado como não pertencente à língua.

Para Possenti (1996), a concepção de língua, na gramática *internalizada*, implica numerosos condicionamentos internos e estruturais da variação. Essa gramática é formada pelo conjunto de regras que *o falante da língua domina*, e ela é aprendida por exposição/ interação. Nesse tipo de gramática, é considerado um “erro” apenas o acionamento de hipóteses interiores equivocadas; as regras são formadas por aspectos dos conhecimentos lingüísticos dos falantes, os quais têm propriedades sistemáticas.

Após a diferenciação entre os tipos de gramática citados por Possenti (1996), é possível partir para uma análise das informações obtidas por meio dos dados coletados. Nas definições dadas pelos alunos, percebe-se que, para eles, as regras *são* a gramática, ou a *gramática* corresponde a algumas das regras e das classificações normativas. A perspectiva prescritiva está presente, confirmando que, na escola, na maioria das vezes, a *gramática* é tomada apenas por essa perspectiva, sendo esquecidas as outras duas concepções citadas anteriormente.

Importante ressaltar que, dentre as cinco definições classificadas como *stricto sensu* de gramática, três são de informantes do terceiro ano do Ensino Médio, ou seja, todos os informantes dessa série possuem uma noção de gramática mais clara em comparação às definições das outras séries. As definições, para o informante (4), revelam a compreensão de que *gramática* seja “[...] como uma frase que tem o sujeito simples, também o verbo, ou sujeito Oculto”. Já o informante (5) arrisca: “Eu acho que gramática é um tipo de regra que nós devemos seguir”. Como se vê, trata-se de concepções enquadradas na noção *stricto sensu* de *gramática*.

Essa noção foi observada também no Ensino Fundamental, na sexta série. O informante (4), daquela série, porém, não define claramente que a gramática é formada pelas regras normativas, e sim alude a algumas dessas regras e classificações, ficando explícita uma ligação entre essas regras e a gramática. Já o informante (5), afirmando que a gramática é um conjunto de regras que *devem* ser seguidas, alude exatamente à definição de gramática normativa de Possenti (1996). Segundo Perini (2002), a visão da gramática normativa como uma série de ordens a serem obedecidas é devida a esse “dever” que rodeia a gramática normativa, “porque é assim que é certo”. Daí surge uma grande falta de interesse pela disciplina.

A única referência à gramática que os alunos explicitam diz respeito à gramática normativa, que é utilizada, segundo Possenti (1996), para ensinar a falar e a escrever “corretamente”. Com isso, os alunos criam a ilusão de que não sabem falar “direito”. Assim, segundo Perini (2002), “saber gramática” é considerado privilégio de poucos, e raras pessoas se atrevem a dizer que conhecem a língua, pois existe a tendência a uma concepção de que se fala sem regras definidas.

Ao analisar a definição do informante (3), “Gramática é uma parte da língua portuguesa que estuda as regras e faz com que falamos e interpretamos melhor essa língua tão complexa que muitas vezes faz com que achamos um bicho de sete cabeças”, surge evidente

que o informante afirma que a gramática serve para fazer com que fale e interprete melhor a língua. É interessante lembrar que, de acordo com Perini (2002), muitos professores erraram ao dizer que o estudo da gramática tem como objetivo levar o aluno a ler e a escrever melhor, pois, se é preciso saber gramática para escrever bem, é de esperar que pessoas que escrevem bem saibam gramática, ou que pessoas que sabem gramática escrevam bem, o que é uma concepção errada. Ainda a respeito da definição do informante (3), em que afirma que a gramática é um “bicho de sete cabeças”, ou seja, muito complicada, Perini (2002) reflete sobre a existência de um fator de repugnância associado a essa disciplina, e especula acerca dos motivos dessa repugnância. O autor cita como principais problemas associados ao ensino de gramática os objetivos, que estão mal colocados, a metodologia, que é inadequada, e ainda ressalta o fato de a matéria possuir carência de organização lógica.

Segundo Bagno (2001), os problemas da gramática normativa são a separação rígida entre língua escrita e língua falada; a exclusão da língua falada na gramática tradicional; a exemplificação e “justificação” das regras considerando, na maioria das vezes, apenas obras de escritores do passado; a aplicação do modelo greco-latino da GT a todas as línguas e a restrição das regras gramaticais ao nível da frase.

Toda essa “limitação” da gramática normativa à prescrição de regras leva os alunos a acreditarem que existe apenas esse tipo de gramática, como se percebe nas definições do informante (1), “Gramática são as regras da Língua Portuguesa”, e do informante (2), “É uma parte da língua Portuguesa. Estuda as regras da língua Portuguesa”.

3. “Não faço a menor idéia.”

O trabalho com gramática em sala de aula é confuso. Os alunos enfrentam dificuldades com as regras, classificações, usos, etc., e não entendem por que precisam aprender tudo isso, considerando-se que já sabem falar e escrever (apesar de possuírem a crença de que seja “errado”).

No presente estudo, considerar-se-á como noção *lato sensu* de gramática uma noção vaga ou inexistente acerca do termo.

Uma das possíveis raízes dos problemas existentes nessa disciplina parece ser o fato de que, ao iniciar os estudos gramaticais, os alunos sequer são devidamente “apresentados” à disciplina, ou não sabem, por exemplo, quais são suas finalidades e suas subdivisões, como a morfologia, a fonologia e a sintaxe. Com a pesquisa efetuada para a realização deste estudo, constatou-se que os alunos, em sua maioria, não possuem clareza acerca do *que* seja a gramática.

Uma explicação para isso pode estar em Ferreira (1999). Ao realizar uma pesquisa com professores da Rede Pública Estadual de Florianópolis, de 1^a a 4^a séries de Ensino Fundamental, o autor constatou que até mesmo alguns professores não possuem clareza do *que* seja *gramática*. Dentre várias definições, perceberam-se visões de gramática como

sendo apenas uma “palavra”, como englobando mais especificadamente apenas alguma subdivisão, por exemplo a morfologia, ou, então, a gramática é vista como um processo de ensino-aprendizagem ligado à linguagem. Nas três definições, Ferreira (1999) observou problemas de ordem macroestrutural, “pois o sentido global dos textos acaba não ‘apontando’, em última instância, para a referência que é a Gramática como tal” (p. 85).

Se, no sistema escolar, a prioridade de ensino é dada para a gramática normativa, espera-se que os professores possuam claramente definido o conceito desse tipo de gramática; porém não é isso que refletem as respostas de alguns dos alunos informantes de pesquisa.

As definições anteriores mostram como os alunos estão confusos acerca da gramática. Eles confundem o conceito de gramática com outros conceitos que se referem ao ensino da disciplina de Língua Portuguesa, e isso está bastante claro na resposta do informante (6): “Eu entendo que é tudo evolva a Língua [...] além de tudo isso o nosso saber e etc...” Trata-se de um aluno de sexta série do Ensino Fundamental que veicula, em visíveis dificuldades de textualização, a idéia de gramática como “tudo que envolve a língua”.

Na definição do informante (7), “Pra mim é o tipo de fala que cada pessoa tem, seu jeito de escrever [...]”, um aluno de oitava série do Ensino Fundamental, percebe-se uma confusão entre *gramática* e *língua*. “Falar e escrever” faz parte da língua, então o aluno parece pensar que, durante as aulas de Língua Portuguesa, todas as atividades realizadas no ensino da língua são pautadas no ensino gramatical. Essa confusão pode ser percebida também nas definições do informante (9): “A forma de escrever. O jeito que cada um tem de escrever”; trata-se de um informante de oitava série do Ensino Fundamental, e do informante (11), “É a nossa língua portuguesa, como nós falamos”, aluno de primeira série do Ensino Médio.

Essa falta de distinção aparece na definição do informante (8): “Eu entendo que talvez pode ser uma interpretação de texto ou redação. É o estudo de várias etapas do português” (informante de oitava série do Ensino Fundamental), na qual o informante cita ainda atividades como interpretação de texto e redação como sendo *gramática*. Quando esse informante cita “etapas” do português, parece estar remetendo às subdivisões gramaticais, como, por exemplo, a fonética e a morfologia.

A definição do informante (12), “Eu entendo por estudar a função das nossas escritas. E faz com que nós nos comunicamos melhor um com os outros”, aluno de primeira série do Ensino Médio, mostra outra concepção confusa de gramática, “misturada” com linguagem. A escrita é uma forma de comunicação, e comunicação é uma função da linguagem.

A gramática é a *estrutura* de uma língua, e não uma *parte*. A definição do informante (10), “Gramática é uma parte da língua portuguesa que se aprofunda em um determinado assunto; que assunto é esse? Não faço a menor idéia.”, informante de primeira série do Ensino Médio, é a imagem da concepção de gramática de muitos alunos que a tiveram como

tema principal das aulas de Língua Portuguesa: “não fazem a menor idéia” do que seja *gramática*.

Conclusão

O presente estudo pretendeu identificar e comparar as conceituações de *gramática* dadas por um total de 12 alunos de quatro séries diferentes, de escolas públicas em Meleiro-SC. Acreditava-se que os alunos apresentariam conceitos de *gramática* restritos apenas à noção das regras, ou seja, à prescrição das ditas “normas de bom uso da língua”. Ao analisar as definições dadas pelos alunos, verificou-se, porém, que muitos deles não possuem uma concepção definida do que seja *gramática*, confundindo-a, muitas vezes, com língua(gem).

As implicações presentes no ensino gramatical causam certa confusão na cabeça dos alunos. Eles não sabem para que propósitos a gramática serve, qual é a finalidade do seu estudo, e - talvez essa seja a raiz dos problemas -, poucos possuem clareza acerca do que é gramática.

Segundo Perini (2002), a gramática, de acordo com o que é ensinado na escola, é composta de duas seções: na primeira, aprende-se uma nomenclatura complicada e confusa, um palavrório que parece inventado de propósito para esconder a falta de conteúdo da disciplina; e, na segunda seção, submete-se às pessoas a uma série de ordens e recomendações que dizem como se deve falar e escrever, o que é certo e errado.

O problema pode estar no início do estudo gramatical, lá nas primeiras séries do Ensino Fundamental. No início dos estudos não é feita uma “apresentação” da disciplina aos estudantes, e ao decorrer dos estudos, eles não sabem que, dentro da disciplina de Língua Portuguesa, existem várias “seções”. As definições de *gramática* classificadas como *lato sensu* explicitam essa confusão.

As definições de *gramática* classificadas como *stricto sensu* são restritas à perspectiva prescritiva, ilustrando o trabalho gramatical na escola: estritamente normativo. O que acontece é que, mesmo sendo trabalhado apenas esse tipo de gramática, não há clareza acerca do que realmente seja *gramática*, *gramática normativa*, e, ainda menos, os outros dois tipos de gramática: *descritiva* e *internalizada*.

Referências bibliográficas

BAGNO, Marcos. *Português ou brasileiro?* Um convite à pesquisa. São Paulo: Parábola, 2001.

FERREIRA, Isaac. Gramática: não tenho clareza desta palavra, in: *Working papers em lingüística*. Florianópolis: UFSC, 1999.

NEVES, M. H. M. *Gramática na escola*. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2001.

PERINI, Mário A. *Sofrendo a gramática*. 3 ed. São Paulo: Ática, 2002.

POSSENTI, Sírio. *Por que (não) ensinar gramática na escola*. Campinas: Mercado das Letras, 1996.